

Conceitos fenomenais e materialismo a propósito da consciência

Phenomenal concepts and materialism concerning conscience

Palavras-chave conceito fenomenal, Argumento do Conhecimento, Frank Jackson, Derek Ball, Michael Tye, Tyler Burge.

Keywords phenomenal concepts, Knowledge Argument, Frank Jackson, Derek Ball, Michael Tye, Tyler Burge.

Carolina Ignacio Muzitano

UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Doutoranda e Mestre em
Filosofia pela UERJ. Bolsista
CAPES

carolinamuzitano@gmail.com

Resumo

Tem sido defendido entre um tipo de materialismo (classificado como materialismo do tipo B) que alguns conceitos apenas podem ser adquiridos após se passar por uma experiência fenomenal relevante. Tais conceitos fenomenais forneceria uma resposta para os recentes argumentos dualistas e, em particular, ofereceria uma explicação para a situação de Mary apresentada no argumento do conhecimento de Frank Jackson. O objetivo deste trabalho será o de questionar a existência de tais conceitos fenomenais especiais. Os conceitos fenomenais que nós temos, isto é, os conceitos que nós mobilizamos, de fato, em nossos pensamentos sobre nossas experiências, não têm uma natureza distinta dos demais conceitos. Baseio o argumento desenvolvido no presente trabalho em recentes contribuições de Michael Tye e Derek Ball, que, por sua vez, exploram algumas considerações seminais de Tyler Burge sobre a aquisição de conceitos.

Abstract

It has been defended by a certain type of materialists (classified as Type-B Materialism) that some concepts can be possessed only by those who have undergone a relevant phenomenal experience. These phenomenal concepts provide an answer to the recent dualist arguments, and in particular, offer an explanation to Mary's situation presented in Frank Jackson's knowledge argument. The purpose of this paper is to question the existence of such special phenomenal concepts, and to assert that our phenomenal concepts have the same nature of our other concepts and are acquired in the same way. The argument developed in this paper is based in recent contributions presented by Michael Tye and Derek Ball that are, in its turn, based in considerations made by Tyler Burge about the concepts acquisition.

Ipseitas, São Carlos, vol. 1,
n. 1, p. 69-85, jan-jun, 2015

O debate contemporâneo sobre a consciência fenomenal gira em torno de alguns argumentos *epistêmicos* propostos por filósofos dualistas ou antimaterialistas. A estrutura desses argumentos é a seguinte: a partir de uma premissa sobre um “abismo” epistêmico entre o domínio da experiência consciente e o domínio físico, é inferida uma diferença ontológica entre os processos físicos e a consciência.

De acordo com tais argumentos, há verdades sobre a consciência que não podem nem ser explicadas, nem deduzidas a partir de verdades sobre o mundo físico e, se tal dedução e tal explicação não são possíveis, é porque as verdades sobre a consciência são independentes do físico, ou seja, o materialismo é falso. O argumento do conhecimento, baseado no caso de Mary ou na consideração do que é ser um morcego, e o argumento da concebibilidade, baseado na descrição aparentemente não-inconsistente de um agente física e funcionalmente idêntico a nós, mas sem experiências conscientes, são, talvez, os argumentos epistêmicos contra o materialismo mais discutidos na filosofia da consciência.

Os materialistas reagiram de diferentes maneiras aos argumentos dualistas. Os chamados materialistas do tipo A¹ negam a premissa epistêmica: ou bem não existiria acesso *cognitivo* aos fenômenos da consciência, ou bem tal acesso não seria qualitativamente diferente do conhecimento das coisas físicas. Os materialistas do tipo B, por sua vez, negam a passagem inferencial da diferença epistêmica à diferença ontológica. Grande parte dos materialistas do tipo B adota o que veio a ser denominado – seguindo Daniel Stoljar (2005) – de “estratégia dos conceitos fenomenais”, que afirma que tais conceitos têm uma natureza distinta dos conceitos físicos e funcionais. O “abismo” epistêmico entre o domínio da experiência consciente e o domínio físico é explicado em termos da diferença conceitual. Mas isso não impede que um conceito fenomenal qualquer e o conceito físico correspondente tenham o mesmo referente. Como veremos mais detalhadamente a seguir, um conceito fenomenal qualquer possui uma natureza especial na medida em que sua aquisição pressupõe *necessariamente*, ao contrário do que ocorre com todos os outros conceitos, a experiência fenomenal *E*, à qual ele se refere.

O presente trabalho questiona a existência de tais conceitos especiais. Os conceitos fenomenais que nós temos, isto é, os conceitos que nós mobilizamos, de fato, em nossos pensamentos sobre nossas experiências, não têm uma natureza distinta dos demais conceitos. O argumento desenvolvido no presente trabalho está baseado em contribuições recentes de Michael Tye e Derek Ball, que, por sua vez, exploram algumas considerações seminais de Tyler Burge sobre a aquisição de conceitos. O trabalho está estruturado da seguinte forma: a primeira parte apresenta, de forma breve, o argumento do conhecimento na versão proposta por Frank Jackson (o caso de Mary). A segunda parte quer revelar o que há de *prima facie* plausível na estratégia dos conceitos fenomenais: a noção de conceitos fenomenais especiais promete uma resposta eficaz ao argumento do conhecimento. Os argumentos que justificam a tese de que os conceitos especiais postulados na estratégia dos conceitos

1 É Chalmers (1997) que primeiramente separa as teorias materialistas em dois grupos: tipo A e tipo B. Segundo ele, teorias materialistas do tipo-B são tentativas de defesa do materialismo sem um comprometimento reducionista como ocorre nas teorias materialistas do tipo-A, ou seja, sem abrir mão da afirmação de certos fenômenos “especiais” da consciência (como, por exemplo, o caráter fenomenal da experiência). Tais materialistas do tipo-B afirmam que há um fenômeno que deva ser considerado – a consciência – que não pode ser reduzido a explicações puramente fisicistas e funcionais, mas que, ainda assim, deve ser explicado por uma teoria materialista.

fenomenais não são compatíveis com uma teoria materialista são apresentados na terceira parte. A conclusão do trabalho na quarta parte indica as linhas gerais de uma possível resposta materialista ao argumento do conhecimento, como alternativa à estratégia dos conceitos fenomenais.

1. O argumento do conhecimento

A suposição inicial do argumento de Jackson (1982, 1986) é a de que Mary cresceu, desde o dia do seu nascimento, em um quarto completamente sem cores – um quarto preto e branco. Devemos supor, além disso, que Mary tem uma capacidade racional muito além da usual: já adulta, ela se torna uma super-cientista que conhece todos os fatos físicos envolvidos na percepção de cores. Um dia, Mary ganha a liberdade e sai do quarto preto e branco, vendo, então, cores pela primeira vez. Para nos concentrarmos em apenas uma propriedade fenomenal, vamos supor que ela veja apenas uma cor assim que sai do quarto, por exemplo, suponhamos que ela veja uma rosa vermelha. O ponto chave deste argumento é o de que nós, intuitivamente, assumimos ou aceitamos que Mary, no momento que passa pela experiência de vermelho, aprende algo novo – e, intuitivamente, o que ela aprende inclui verdades sobre como é ver vermelho [*“what it is like to see red”*]. Como Ball (2013) aponta, tal intuição está ligada a uma concepção *superempirista*: a de que nós só podemos saber como é ver vermelho após ter uma experiência com a cor vermelha. Nenhuma descrição física sobre o mundo poderá nos fornecer o *caráter fenomenal* da experiência de ver vermelho. Dessa forma, tais afirmações intuitivas parecem dar suporte a uma afirmação de insuficiência em relação ao conhecimento das verdades físicas sobre o mundo: há verdades sobre a consciência que Mary não podia conhecer antes de sair do seu confinamento, a despeito do conhecimento completo das coisas físicas.

Esta insuficiência nos mostra o primeiro *gap* que há entre o físico e o fenomenal: um *gap* epistêmico. Não importa o quanto Mary saiba sobre as propriedades físicas dos fenômenos de cores ou sobre a percepção humana, nada disso antecipa o conhecimento sobre o caráter fenomenal das experiências de cores. A partir desse *gap*, segundo o argumento do conhecimento, podemos inferir um *gap* ontológico. Tal inferência é comumente apresentada de dois modos (ALTER, 2013). No primeiro, o argumento continua, resumidamente, com a seguinte estratégia: a insuficiência indica que há verdades sobre a consciência que escapam à explicação fisicista; portanto, a explicação fisicista é incompleta. Se o fisicismo (ou o materialismo) for a tese segundo a qual todos os fatos são físicos ou explicáveis em termos físicos, isso implica que o fisicismo é falso: se não podemos explicar a consciência em termos de processos físicos – não porque é muito difícil, mas porque é impossível, até mesmo em princípio, explicar fisicamente a consciência – então a consciência não pode ser um processo físico. Martine Nida-Rümelin (2002) formula esta linha de argumentação da seguinte forma:

Premissa P1: Mary tem um conhecimento físico completo sobre a visão humana de cores antes de sair do quarto.

Consequência C1: Portanto, Mary conhece todos os fatos físicos sobre a visão humana de cores antes de sair do quarto.

Premissa P2: Há algum (tipo de) conhecimento dos fatos sobre a visão humana de cores que Mary não poderia ter antes de sair do quarto.

Consequência C2: Portanto (a partir de (P2)), há alguns fatos sobre a visão humana de cores que Mary não poderia conhecer antes de sair do quarto.

Consequência C3: Portanto (a partir de (C1) e (C2)), há fatos não-físicos sobre visão humana de cores.

Os materialistas, obviamente, devem negar (C3)².

O segundo modo de desenvolver o argumento envolve as noções de *dedutibilidade* e *necessitação* (Chalmers, 2006). Nesta versão, a insuficiência é usada para estabelecer a não-dedutibilidade: há verdades sobre a consciência que não podem ser deduzidas *a priori* a partir das verdades físicas completas do mundo. A não-dedutibilidade é, por sua vez, usada para estabelecer a não-necessitação: há verdades sobre a consciência que não são metafisicamente necessitadas (necessariamente implicadas) pela verdade física completa. Por fim, não-necessitação é utilizada para estabelecer a conclusão de que o fisicismo é falso, considerando que o fisicismo é a tese segundo a qual a identidade do mental com o físico é necessária.

A explicação dos materialistas sobre como exatamente devemos compreender o progresso epistêmico que Mary parece realizar quando ela sai do quarto é a de que, quando Mary vê a cor vermelha, ela não adquire um novo conhecimento sobre um novo fato, mas sim, que ela adquire um *novo conceito* que não poderia ser adquirido enquanto estava no quarto. E esse novo conceito – um *conceito fenomenal* – a possibilita aprender, compreender e pensar as proposições que empregam tal conceito fenomenal, e que não podem ser expressas usando conceitos físicos, como, por exemplo, “isto é o que é ver vermelho”. Dessa forma, a razão pela qual Mary não pode deduzir como é ver vermelho antes de sair do quarto se deve ao fato de que ela carece do conceito fenomenal VERMELHO. Sem este conceito, ela não pode apreender as proposições envolvidas em saber como é ver vermelho. E ela não pode adquirir o conceito até o momento em que vê a rosa vermelha.

Como pode, então, Mary adquirir um novo conhecimento sobre um fato que ela já sabia, ou seja, como haveria um avanço epistêmico se não há um conhecimento de um novo fato, mas sim, a aquisição de um novo conceito? De acordo com a estratégia dos conceitos fenomenais, nós devemos individuar os *conteúdos* dos nossos estados mentais de modo “fino” (*fine-grained*), pois há uma diferença epistêmica entre estes conteúdos finos e as *proposições singulares* e *fatos* que

2 Ou negar diretamente P2, que é o caso dos materialistas do tipo-A. Contudo, como neste trabalho estou tratando sobre a estratégia dos conceitos fenomenais, considerarei apenas os casos dos materialistas do tipo-B: ou seja, aqueles que aceitam a premissa P2 e, aceitando-a, devem negar C3.

tais estados expressam. Por exemplo, as crenças “Hesperus é brilhante” e “Phosphorus é brilhante” expressam a mesma proposição singular: é o mesmo fato que as tornam verdadeiras, pois “Hesperus” e “Phosphorus” possuem a mesma referência em todo mundo possível. Contudo, não podemos igualmente afirmar que o meu estado mental (por exemplo, meu conhecimento) de que “Hesperus é brilhante” tem o mesmo conteúdo que o pensamento “Phosphorus é brilhante” pois, se esse fosse o caso, o fato de eu saber que “Hesperus é brilhante” implicaria que eu também sei que “Phosphorus é brilhante”. E é perfeitamente possível supor que alguém use a sentença “Hesperus é brilhante” para expressar seu conhecimento de que Hesperus é brilhante, embora rejeite a atribuição a ele da convicção de que Phosphorus é brilhante. De acordo, portanto, com a estratégia dos conceitos fenomenais, embora tais sentenças possuam a mesma referência e, portanto, as mesmas condições de verdade, especificadas em termos singulares, seus conteúdos não são os mesmos. O conteúdo é “fino”, ou seja, sua determinação não depende unicamente das condições que a verdade das sentenças em questão impõe às entidades (objetos e propriedades) que são os referentes dos termos que as compõem.

É possível, portanto, que tenhamos vários estados mentais com conteúdos distintos, ainda que eles expressem a mesma proposição singular e que sejam verdadeiros pelos mesmos fatos. Dada tal distinção, é possível para o físico (1) admitir que Mary, ao sair do quarto, adquira um estado mental com um conteúdo novo, mas (2) negar que ela apreenda um novo fato. Isso significa combinar um *dualismo conceitual* com um *monismo ontológico* (Chalmers, 2006). Os *conceitos* fenomenais são distintos de quaisquer conceitos físicos ou funcionais, mas as propriedades designadas pelos conceitos fenomenais são idênticas àquelas designadas pelos conceitos físicos ou funcionais correspondentes. O dualismo conceitual faz justiça ao *gap* epistêmico ressaltado pelo anti-materialista. O monismo ontológico rejeita o *gap* ontológico aparentemente demonstrado pelo proponente do argumento do conhecimento.

É importante ressaltar que o estrategista dos conceitos fenomenais não mostrou que para cada conceito fenomenal existe um conceito físico ou funcional com o mesmo referente. Ele se limita a mostrar que essa é uma possibilidade não excluída pelo raciocínio do argumento do conhecimento. O caso de Mary parece ilustrar o fato de que os conceitos fenomenais possuem condições de aquisição distintas dos conceitos físicos, e que este resultado seria perfeitamente consistente com a afirmação física de que as propriedades que os conceitos fenomenais selecionam são completamente físicas.

2. Conceitos fenomenais

Para a estratégia dos conceitos fenomenais ser de fato uma resposta para o argumento do conhecimento, ela deve afirmar que conceitos fenomenais possuem uma natureza especial, distinta da natureza dos conceitos físicos ou funcionais. A diferença entre conceitos fenomenais e conceitos físicos aparece quando consideramos o que é preciso para se adquirir um conceito fenomenal – ou seja, quando consideramos a questão sobre a aquisição e posse dos conceitos. De

acordo com os materialistas do tipo B, como vimos, Mary só é capaz de adquirir o conceito fenomenal VERMELHO depois de passar pela experiência de ver vermelho. Cada conceito fenomenal é ligado a uma perspectiva particular de uma experiência específica tida pelo indivíduo que passa a possuir o conceito. Este requerimento para a aquisição do conceito fenomenal pode ser expresso pela seguinte tese (Stoljar, 2005):

Tese da Experiência: S possui o conceito fenomenal C da experiência E se e apenas se S tiver passado pela experiência E³.

De acordo com Tye (2003), conceitos fenomenais são os conceitos que utilizamos quando notamos ou nos tornamos cientes do caráter fenomenal de nossas experiências e sensações via introspecção. Sem conceitos fenomenais, nós seríamos “cegos” às nossas sensações fenomenais. Todas as nossas experiências possuem um caráter fenomenal, estejamos atentos a ele ou não. Mas quando notamos como uma experiência parece para nós e é sentida, nós a estamos trazendo sob um conceito fenomenal.

Considerando a necessidade da Tese da Experiência no caso dos conceitos fenomenais, podemos então afirmar que a referência de tais conceitos fenomenais não poderá ser fixada através de descrições. Primeiro, pois se tais descrições forem *descrições físicas*, a estratégia dos conceitos fenomenais não seria capaz de responder ao argumento do conhecimento, já que Mary, sabendo a verdade física completa do mundo, saberia também tais descrições físicas que têm o papel de fixar a referência do conceito fenomenal e, desse modo, ela poderia adquirir tal conceito estando ainda no quarto preto e branco. Segundo, se tais descrições forem *descrições fenomenais*, tal teoria dos conceitos fenomenais acabaria por cair em um círculo vicioso. A referência de um conceito fenomenal seria fixada por uma descrição contendo outros conceitos fenomenais que, por sua vez, teriam suas referências fixadas por outra descrição contendo conceitos fenomenais, e assim continuaria sem fim. Conceitos fenomenais devem, portanto, referir de modo *direto* (TYE, 2003, 2009). Eles não possuem fixadores de referência associados, nem nenhum conteúdo descritivo.

Contudo, há discordância entre os materialistas do tipo-B sobre qual seria a exata referência dos conceitos fenomenais⁴. De acordo

3 Chalmers apresenta, em sua teoria sobre conceitos fenomenais, uma Tese da Experiência mais forte. Segundo ele, os conceitos fenomenais *puros* são conceitos que adquirimos quando estamos tendo (atualmente) uma experiência de E. Assim, para Chalmers, certos conceitos fenomenais só existem enquanto estamos tendo a experiência E. Sobre essa defesa, ver: Chalmers, 2010.

4 Segundo Ball (2013), podemos considerar duas concepções distintas sobre a natureza dos conceitos fenomenais: tais conceitos como sendo *recongnicionais* ou *quotacionais*. De acordo com a quotacional, o modo de apresentação e o referente do conceito fenomenal são os mesmos – o caráter fenomenal, ou propriedade fenomenal, da experiência. Contudo, deixarei de lado aqui a concepção quotacional, por crer que esta concepção é incompatível com uma teoria materialista sobre a mente, sem considerar o argumento do conhecimento. Como aponta Chalmers (2006), tal concepção enfrenta o problema de explicar a ontologia de tais propriedades fenomenais ao considerá-las enquanto referências dos conceitos fenomenais. E segundo Tye (2003, 2009), o conceito fenomenal VERMELHO é um abstrato, enquanto que o caráter fenomenal das nossas experiências – e, portanto, a propriedade fenomenal – é sempre

com uma certa posição, conceitos fenomenais são *conceitos recognicionais* cuja referência é fixada pela habilidade do indivíduo de reconhecer um objeto ou propriedade como sendo *daquele* tipo, sem utilizar para isso um conhecimento teórico prévio (LOAR, 1990), (TYE, 2003). Nesta concepção, conceitos fenomenais possuem como modo de apresentação o caráter fenomenal particular de uma experiência, e a referência do conceito fenomenal ou é a propriedade externa física que causa aquele tipo de experiência, ou a propriedade física que instancia aquela experiência fenomenal⁵. Por exemplo, o conceito fenomenal VERMELHO de Mary teria como modo de apresentação o caráter fenomenal da experiência de Mary com a rosa vermelha vista ao sair do quarto, e a referência deste conceito ou seria a propriedade física externa “vermelho” do objeto⁶, ou a propriedade física que tipicamente causa tal-e-tal experiência de vermelho (CHALMERS, 2006).

Dessa forma, possuir um conceito fenomenal não requer nada além do que a capacidade de reconhecer aquele tipo de experiência ou sensação quando ela ocorrer de novo. E tal reconhecimento tem como base apenas a apreensão direta das experiências e sensações. Sendo materialistas, a explicação para tal capacidade é a de que a nossa própria natureza filogenética que determina quais experiências nós temos. Nós não podemos experimentar o que um morcego experimenta quando usa sua orientação por eco, pois nós carecemos de um sistema sensorial apropriado para isto (TYE, 2003, 2009). Nós somos equipados, através da evolução e da nossa natureza, a responder cognitivamente às nossas experiências. Ao respondê-las cognitivamente, nós estamos trazendo as experiências sob conceitos fenomenais.

E conceitos fenomenais são *perspectivos*. Possuir o conceito fenomenal DOR, por exemplo, requer ter uma certa perspectiva de dor – aquela fornecida pela experiência própria de dor. E é por este motivo que Mary, em seu quarto preto e branco, não poderia ter o conceito fenomenal VERMELHO. A característica atrativa desta tese é a de que, caso seja verdadeira, ela parece marcar uma divisão entre o conceito fenomenal e os outros conceitos. A tese da experiência implica que conceitos fenomenais sejam bem diferentes dos outros conceitos, e esta diferença pode ser explorada para desarmar os argumentos anti-

particular. Uma imagem mental – ou caráter fenomenal – que exemplifica uma propriedade fenomenal exemplificará muitas.

5 Nesse caso, meu conceito fenomenal e meu conceito físico de vermelho possuem o mesmo referente – a propriedade “ser vermelho”, seja essa uma propriedade dos objetos físicos externos ou uma propriedade que instancia a percepção de vermelho. E a distinção cognitiva entre ambas é dada pelo modo de apresentação destes conceitos. No caso do conceito fenomenal, o modo de apresentação do conceito será o caráter fenomenal da experiência sensível, enquanto que no caso do conceito físico o modo de apresentação será uma descrição associada. E afirmar que há um *modo de apresentação* associado ao conceito não implica aceitar que este modo de apresentação é o que fixa a referência do termo. Podemos supor tal modo de apresentação como sendo o “sentido” do conceito, e a referência sendo fixada, no entanto, através das relações causais com o ambiente, ou seja, afirmando uma teoria *semântica externalista*.

6 A referência, nesse caso, é fixada ao considerar estados fenomenais como sendo estados *representacionais* e estes, pelo menos no caso da percepção, como tendo conteúdos *transparentes* (DE SÁ PEREIRA, 2013). Assim, quando Mary percebe a rosa vermelha, e introspecta sobre o caráter fenomenal da sua experiência, o que Mary percebe não é uma propriedade intrínseca da sua experiência – um *quale* – mas sim a propriedade externa que causa a sua experiência nos casos de percepção verídica.

fisicistas. Assim, por exemplo, perplexidades sobre as relações entre a experiência fenomenal e o físico, e sobre as relações entre consciência e corpo físico na filosofia da mente seriam derivadas a partir de uma confusão conceitual, e não de uma ignorância potencialmente crônica da ciência (STOLJAR, 2005).

3. O argumento de Ball e Tye

Tal argumento apresenta duas críticas gerais à estratégia dos conceitos fenomenais: primeiro, através de analogias entre o caso de Mary e o caso da “artrite” apresentado por Burge, é concluído que conceitos fenomenais, assim como vários outros conceitos, envolvem uma *compreensão incompleta* por parte do sujeito e, em diversos casos, tal sujeito aceitaria correções de outros falantes sobre a aplicação dos seus conceitos fenomenais. Tal possibilidade de correção é uma característica da deferencialidade, ou seja, isso nos mostraria que os conceitos fenomenais, assim como os demais conceitos, poderiam ser adquiridos através das relações que um indivíduo tem com a sua comunidade linguística. Segundo, novamente através de analogias com o caso da “artrite”, é argumentado que Mary possuía, enquanto ainda se encontrava no quarto preto e branco, o conceito VERMELHO, e que tal conceito é o mesmo que os teóricos do conceito fenomenal afirmam que Mary adquire apenas depois de passar pela experiência de vermelho. Dessa forma, o que o argumento nos mostra é que a aquisição de conceitos fenomenais não depende necessariamente da tese da experiência, ou seja, que podemos adquirir tais conceitos através da interação com a nossa comunidade linguística. Mary não adquire nenhum conceito novo ao sair do quarto e, assim, a estratégia dos conceitos fenomenais não pode ser uma solução viável para o argumento do conhecimento.

Vejam, primeiramente, o argumento de que conceitos fenomenais, assim como a maioria dos conceitos, permitem uma compreensão incompleta por parte do sujeito. Experimentos mentais apresentados por Hilary Putnam (1975) e Tyler Burge (1979, 2006) sugerem que é possível para um sujeito possuir um conceito C, mesmo que a sua concepção acerca de C seja extremamente vaga ou imprecisa. Putnam afirma, por exemplo, que ele pode não saber distinguir olmos de faias e, embora ele não tenha uma rica concepção sobre ambas, é bastante plausível que ele possa ainda utilizar os conceitos OLMO e FAIA (PUTNAM, 1975, p. 226). Por exemplo, ele pode ter a crença (falsa) de que olmos são faias, de que se trata da mesma árvore que tem nomes distintos por alguma razão que ele desconheça, e ter a crença (verdadeira) de que olmo é um tipo de árvore e a crença (verdadeira) de que faia é um tipo de árvore. Dessa forma, podemos dizer que um sujeito S possui um conceito C se ele é capaz de exercitar C em seus pensamentos ou, de forma um pouco mais rígida, mas não-problemática para o argumento, de que S seja capaz de pensar pelo menos uma crença verdadeira sobre o conceito⁷.

Burge, através do seu experimento mental da “artrite” (BURGE, 1979, p. 104), afirma a mesma conclusão de Putnam. O experimento

7 Em outras palavras, que ele pelo menos tenha *algum conhecimento* sobre o conceito empregado.

mental de Burge funciona da seguinte forma: suponha, inicialmente, que Oscar, um falante normal, tem várias crenças envolvendo o conceito ARTRITE. Ele tem, por exemplo, a crença de que artrite causa dor, de que seu pai sofria de artrite, de que ele tem artrite nos joelhos e, ao começar a sentir dores frequentes na coxa, passa a crer também que a sua artrite no joelho aumentou e agora alcançou a sua coxa, ocasionando a dor que está sentido. Ele vai, então, ao médico e, ao expressar a sua crença de que tem artrite na coxa, seu médico o corrige, dizendo que artrite só ocorre nas articulações. E, ao ouvir a correção do médico, Oscar a aceita e passa a acreditar que, o que quer que tenha na coxa, não é artrite. Assim, no caso de Oscar, ele tinha uma compreensão incompleta (e, em parte, errada) do conceito ARTRITE, pois tinha a crença (falsa) de que tinha artrite na coxa. Mas, mesmo tendo tal compreensão errônea de artrite, ele possuía o conceito ARTRITE, pois tinha várias outras crenças (verdadeiras) envolvendo o conceito.

Poder-se-ia argumentar, segundo Burge (1979, p. 122), que o que Oscar tinha não era o conceito ARTRITE, mas um outro conceito COXARTRITE que englobaria, além da artrite, a moléstia que Oscar tinha na coxa. Contudo, como o próprio Burge aponta (1979, p. 123-4), tal resposta não parece plausível. Se fosse este o caso, ao ouvir a opinião do médico, Oscar não deveria mudar a sua crença, já que a sua crença de que tem artrite na coxa seria, na verdade, uma crença de que ele tem coxartrite na coxa, e tal crença é verdadeira. O fato de que tal sujeito compartilha suas crenças com outras pessoas, que têm crenças *verdadeiras* sobre artrite, e que *aceita* a correção do seu médico de que não pode ter artrite na coxa, mostra que é mais plausível aceitar que o sujeito tenha o conceito ARTRITE do que um conceito similar COXARTRITE que engloba, além de artrite, uma inflamação na coxa que dá a mesma sensação de dor que a artrite. Portanto, segundo Burge, é em virtude das nossas interações com a nossa comunidade linguística que temos certos conceitos e o usamos de certo modo, e é devido a tais interações que somos capazes também de adquirir tal conceito mesmo que nossa concepção sobre seja vaga ou imprecisa.

Dito isso, voltemos ao caso de Mary. De acordo com Ball, podemos naturalmente supor que, ao sair do quarto, Mary expresse seu novo conhecimento com a seguinte proposição:

- (1) Isto é o que é ver vermelho (onde “isto” refere-se a uma experiência de vermelho, a qual Mary “acessa” por introspecção, ou a alguma propriedade fenomenal de tal experiência).

Obviamente, se tal sentença expressa seu novo conhecimento, e ela obtém tal conhecimento ao adquirir um novo conceito fenomenal, é, então, empregado em tal sentença um conceito fenomenal. *Qual* seria o conceito fenomenal não é uma questão fácil. Mas, talvez o menos problemático seja supor que a palavra “vermelho” seja o termo que expresse o conceito VERMELHO_f (onde o “f” marca que tal conceito é um conceito fenomenal).

Além disso, segundo Ball, quando Mary adquire tal conceito fenomenal, ela passa a adquirir não apenas o conhecimento da proposição (1), mas todos aqueles que envolvam o novo conceito adquirido. E tal conceito fenomenal a permite ter novos pensamentos, que ela não poderia ter enquanto estava no quarto preto e branco. Podemos afirmar que Mary também passe ter pensamentos, após adquirir o conceito VERMELHO, que ela expressa com as seguintes sentenças:

- (2) Morangos tipicamente causam experiências de vermelho.
- (3) A experiência de ver vermelho está mais próxima da experiência de ver preto do que da experiência ouvir um violão tocando a nota Dó.
- (4) Ver vermelho é um estado fenomenal.

Se a palavra “vermelho” expressa o conceito fenomenal VERMELHO em (1), então podemos supor que o termo “vermelho” em (2)-(4) também expresse VERMELHO. Além de não haver uma diferença entre os usos dos termos no primeiro caso e nestes últimos, tal termo “vermelho” em (2)-(4) também possui como modo de apresentação o caráter fenomenal⁸ da experiência de vermelho. Assim, não parece plausível assumir que em (2)-(4) esteja envolvido um conceito distinto de VERMELHO, já que tais usos expressam a mesma coisa – o caráter fenomenal.

Contudo, é plausível supormos que Mary, enquanto estava no seu quarto preto e branco, tinha crenças (verdadeiras e *justificadas*) expressas por (2)-(4), já que Mary tinha um conhecimento físico completo acerca da percepção de cores por humanos. Se Mary tem o conhecimento completo das verdades físicas, então ela *sabe* que morangos causam a experiência de vermelho, e que experiências de cores estão mais próximas entre si do que em relação a outras experiências, já que são causadas fisicamente. Talvez (4) não seja assim tão óbvia, já que Mary, para saber (4), precisaria antes saber o que é um estado fenomenal. Mas, já que fenômenos (e estados fenomenais) são causados por propriedades físicas, não parece implausível supor que Mary elabore uma teoria sobre estados fenomenais. Entretanto, segundo a estratégia dos conceitos fenomenais, VERMELHO é um conceito fenomenal, e Mary não pode ter tal conceito enquanto está no quarto preto e branco, já que ela ainda não passou pela experiência de vermelho. Portanto, a estratégia dos conceitos fenomenais deve sustentar que, contrariamente ao que foi afirmado acima, ao pensar as proposições (2)-(4) enquanto se encontrava no quarto,

Ipseitas, São Carlos, vol. 1, n. 1, p. 69-85, jan-jun, 2015

8 Isso ainda não é claro em relação à teoria dos conceitos fenomenais. É sustentado que o conceito fenomenal tem como modo de apresentação o caráter fenomenal da experiência, o “*this is what it is like to see ___*” da experiência sentida, enquanto que, ao mesmo tempo, tal referência é uma referência *física*. Parece sempre haver uma dualidade entre o fenomenal e o físico, que estão sempre se confundindo e, enquanto em alguns momentos parecem ser a mesma coisa, em vários outros parece que *devem* ser coisas distintas. O fato de que conceitos fenomenais possuem uma natureza distinta, pelo modo como são construídos os argumentos da estratégia, não parece ser devido apenas ao fato de eles exigirem a Tese da Experiência, mas sim, que tais conceitos conseguem “capturar” algo que os conceitos físicos não são capazes. Uma questão em jogo passa a ser, então, sobre qual é a natureza ontológica do caráter fenomenal de uma experiência.

Mary empregava algum outro conceito não-fenomenal VERMELHO e que, nesse caso, seus pensamentos seriam sobre VERMELHO, e não VERMELHOf. O seguinte argumento pode ser apresentado em defesa desta afirmação (BALL, 2009):

1. O conceito de Mary VERMELHO carece de algumas características que o meu conceito VERMELHOf possui: por exemplo, VERMELHO não foi causado por experiências de vermelho, não está conectado a imagens de vermelho, e não permite que Mary reconheça objetos vermelhos como sendo vermelhos.
2. Portanto, VERMELHO e VERMELHOf não são *tokens* do mesmo conceito *type*.

Poder-se-ia, então, argumentar que os dois conceitos em questão versam sobre coisas distintas: enquanto que VERMELHOf é um conceito que “captura”, de algum modo, o caráter fenomenal de vermelho, o conceito VERMELHO diz respeito às propriedades dos objetos. Ou seja, o conceito fenomenal seria perspectivo, dizendo respeito àquilo que o sujeito sente e introspecta, enquanto que o conceito físico seria objetivo, dizendo respeito apenas aos objetos. E essa diferença, assim como no caso fregeano entre Hesperus e Phosphorus, é uma diferença cognitiva

Mas tal argumento não parece plausível. Suponha que Mary teve de fato as crenças (2)-(4). Ao sair do quarto, segundo tal resposta, ela adquire um novo conceito fenomenal VERMELHOf. Este novo conceito VERMELHOf substitui o conceito VERMELHO, ou Mary continua possuindo ambos? Não está claro qual resposta a estratégia daria aqui, mas ambas as respostas parecem ser implausíveis. Mary não poderia substituir o conceito VERMELHO por VERMELHOf, pois, como afirma tal resposta, eles são conceitos *type* distintos – um é fenomenal e o outro, físico – e, assim, têm funções conceituais igualmente distintas. Mas se Mary não substitui um conceito pelo outro, possuindo ambos depois que sai do quarto preto e branco, somos levados à conclusão de que Mary terá dois estados mentais que são expressos da mesma forma, com o mesmo conteúdo, envolvendo conceitos *type* distintos. E isso é *ad hoc*, pois não há argumentos para a afirmação de que estados mentais idênticos (tanto em relação ao seu veículo de informação quanto em seu conteúdo) podem conter em certos momentos um conceito *type* e, em outros, um outro conceito *type* distinto além da pressuposição de que deve haver conceitos fenomenais. Assim, parece mais plausível afirmar que Mary *não adquire* um novo conceito ao sair do quarto preto e branco – o conceito que ela utiliza anteriormente para expressar suas crenças (2)-(4) é o mesmo conceito que ela continua utilizando para expressar estas mesmas crenças depois de sair do quarto.

O fato de Mary ter crenças dentro do quarto que sobre a cor vermelha nos mostra que VERMELHOf é um conceito deferencial, ou seja, que o conceito pode ser adquirido mesmo por aqueles que possuem uma concepção imprecisa, em virtude das suas relações com a sua comunidade linguística. Vários casos podem ser usados para dar suporte a tal deferencialidade. O caso mais comum é o de que algumas

pessoas extrapolam os seus conceitos de cores. Por exemplo, algumas pessoas estão dispostas a julgar que alguns objetos laranja são vermelhos (quando são, de fato, laranjas). Eles estão dispostos a aplicar seu conceito VERMELHO a objetos paradigmaticamente vermelhos, e a corrigir seus julgamentos idiossincráticos quando confrontados com as objeções de alguns falantes. E nós normalmente atribuímos crenças que envolvem o conceito VERMELHO a tais falantes, mesmo que, em várias situações, eles não sejam capazes de distinguir a cor laranja de vermelho, ou que não sejam capazes de reconhecer que algo é vermelho na presença de vermelho (supondo, por exemplo, que creem que seja rosa).

Contudo, alguns teóricos dos conceitos fenomenais poderiam insistir que, enquanto este tipo de argumento é bem sucedido considerando conceitos que são corretamente aplicados a propriedades de objetos físicos (como o caso das cores), ele falha quando consideramos conceitos fenomenais, pois tais conceitos são corretamente aplicados a qualidades intrínsecas das experiências. Entretanto, argumentos contra os conceitos fenomenais como os apresentados acima ainda podem ser desenvolvidos mesmo considerando conceitos fenomenais mais específicos. Considere o conceito DOR. É possível possuir este conceito, mesmo tendo uma concepção imprecisa de dor. Por exemplo, a crença (falsa) de que náusea é um tipo de dor parece ser surpreendentemente generalizada. Tais sujeitos podem concordar ou discordar de outras pessoas, e em vários casos eles estariam aptos a mudar de opinião quando corrigidos. Nós atribuímos a eles crenças usando a palavra “dor”, e é bastante plausível que nós devamos considerar que eles possuem o conceito DOR, o mesmo conceito dos falantes normais e dos cientistas experts sobre o assunto.

Se os conceitos que usamos para pensar sobre as nossas experiências podem ser adquiridos em virtude das relações que temos com a nossa comunidade linguística, então haveria outro caminho pelo qual Mary poderia adquirir o conceito de VERMELHO antes de sair do quarto. Em resposta a este tipo de argumento, um teórico dos conceitos fenomenais poderia ainda sustentar que os conceitos em questão são mais finos⁹ do que nós estamos supondo aqui.

Seguindo Tye (2009), suponhamos que, antes de Mary sair do quarto, ela tem um pensamento que poderia expressar com (5) e, depois dela sair do seu quarto, ela tem outro pensamento que poderia expressar com (6):

- (5) Eu não sei como é ver vermelho.
- (6) Eu sei como é ver vermelho.

Intuitivamente, afirmariamos que o pensamento expresso por (5) é a negação do pensamento expresso por (6). Mas a estratégia dos conceitos fenomenais não pode admitir isso, pois, de acordo com tal estratégia, os pensamentos expressos por (5) e (6) envolvem conceitos

9 Contudo, como Tye (2009) aponta, não é de nenhum modo claro como conceitos fenomenais, que referem diretamente, possam ter condições de individuação finas do mesmo modo que os outros conceitos possuem.

distintos. Assim, deve ser afirmado que, apesar da aparência, (5) não é uma negação de (6). Na verdade, segundo tais teóricos da estratégia dos conceitos fenomenais, (5) e (6) possuem a mesma relação que o seguinte par:

- (7) Eu não sei que Hesperus é brilhante.
- (8) Eu sei que Phosphorus é brilhante.

Mas esta objeção falha. Após sair do quarto, Mary pode ter a crença (verdadeira) expressa do seguinte modo:

- (9) Eu costumava me perguntar como era ver vermelho, mas agora eu sei.

Imagine que um certo indivíduo, João, tenha apenas o conceito HESPERUS (mas não o conceito PHOSPHORUS), e que João se questione se Hesperus é brilhante. Após uma aula sobre os textos de Frege, João veio a adquirir o conceito PHOSPHORUS, e aprendeu que Hesperus é Phosphorus e que Phosphorus é brilhante. Considerando que individualizamos nossas crenças de modo mais fino [*fine-grained way*], esta situação de João não pode ser expressa por algo como (10):

- (10) Eu (João) costumava me questionar se HESPERUS era brilhante, mas agora eu sei.

Há uma diferença entre o caso do conceito fenomenal e os casos fregeanos tradicionais. Em geral, é difícil ver como (9) poderia ser verdadeira se o que Mary sabe envolve um conceito que ela não poderia possuir enquanto estava no quarto. A estratégia dos conceitos fenomenais não captura adequadamente o processo de aprendizado que Mary parece passar quando ela sai do quarto. De acordo com a estratégia, ao sair do quarto, Mary ganha não apenas o conhecimento de como é ver vermelho, mas um grande número de outros novos conhecimentos. Por exemplo, segundo tal estratégia, ela ganharia os novos conhecimentos expressos em (2)-(4). Mas tal afirmação não parece plausível. Considerando que Mary sabe a verdade física completa, ela não deveria ficar surpresa ao descobrir que morangos são vermelhos, por exemplo.

No entanto, é inegável que a experiência exerça um fator importante na compreensão e uso dos conceitos como VERMELHO (conceitos de cores) ou DOR (conceitos de sensações). O conceito VERMELHO de Mary antes de sair do quarto é diferente do meu no sentido de que o conceito dela não foi adquirido com experiências de vermelho, não está conectado a imagens de vermelho, e não a permitem reconhecer objetos vermelhos como sendo vermelhos apenas com a experiência (apenas *olhando*). Mas disso não se segue, como vimos, que a natureza do seu conceito seja distinta do meu conceito VERMELHO, e nem que tais conceitos sejam, devido a tais diferenças, considerados como conceitos *type* distintos. Como o experimento mental da “artrite” apresentado por Burge nos mostra, podemos (e normalmente temos) uma compreensão incompleta dos conceitos que empregamos

– podemos, até, ter uma compreensão *errônea* sobre aquele conceito e, ainda sim, sermos capazes de utilizá-lo nas nossas crenças. Mary, dentro do quarto preto e branco, já possui o conceito VERMELHO, e ao sair do quarto ela sabe (ou pode vir a saber após investigação científica) que a cor do objeto que está percebendo é o que nós chamamos de “vermelho”¹⁰. Supor, então, que ao passar pela experiência de vermelho, Mary *tenha* de adquirir um novo conceito fenomenal está baseado na pressuposição de que *tem que haver* conceitos fenomenais. A estratégia dos conceitos fenomenais é circular na medida em que argumenta em defesa dos conceitos fenomenais baseado apenas na pressuposição de que Mary *adquire* conhecimento ao sair do quarto, enquanto que a explicação do fato de que Mary *adquire* conhecimento ao ver pela primeira vez vermelho está baseado na afirmação de que há conceitos fenomenais. O que Mary *adquire* ao sair do quarto não é um novo conceito, mas (talvez) uma nova informação sobre a aparência do fenômeno sob o conceito VERMELHO. Assim, o que Mary pensa não é novo quando ela sai do seu quarto preto e branco – o que ela sabe antes de sair do quarto é exatamente o mesmo que ela sabe quando sai do quarto. Mas se o que ela sabe antes e depois de sair do quarto é o mesmo, então ela não faz nenhuma descoberta em qualquer sentido “robusto”. O que é novo, então, é o *modo* como ela pensa sobre vermelho, por exemplo, após sair do quarto Mary passa a ser capaz de associar uma imagem mental de vermelho quando pensa sobre objetos vermelhos.

4. Conclusão

Assim, a estratégia dos conceitos fenomenais falha em fornecer uma resposta materialista ao argumento do conhecimento apresentado por Jackson. A ideia de conceitos fenomenais nos moldes apresentados pelos teóricos desta estratégia não é consistente com o fisicismo¹¹. Ou se aceita a existência de conceitos fenomenais, que capturam aquilo que há de essencial no fenômeno percebido, que é de natureza muito distinta do mundo físico e, assim, abraça um certo tipo de dualismo, ou defende que não há conceitos fenomenais

10 Roberto de Sá Pereira (2013) argumenta que não é necessário associarmos os nossos conceitos com palavras da linguagem natural. Como ele aponta, estudos recentes mostram que animais sem linguagem (como primatas e certos mamíferos) possuem estados proposicionais e empregam conceitos. “For example, a chimpanzee certainly possesses the concept RED even though it obviously does not master our linguistic concept for RED” (De Sá Pereira, 2013, p. 95). Contudo, Mary, no quarto preto e branco, já possui o conceito VERMELHO e uma palavra associada a este conceito. Assim como afirmado acima, não é implausível afirmarmos que Mary estenda seu conceito e passe a utilizar também imagens de vermelho na compreensão e aplicação do conceito em questão ao invés de adquirir um *novo* conceito.

11 Mas talvez seja consistente com o dualismo. Chalmers (2010), por exemplo, defende que há vários tipos de conceitos fenomenais, e um deles é um que não pode ser expresso numa linguagem pública. Se aceitarmos tal idéia, todo o argumento nos moldes dos de Burge sobre comunicação e correção não se aplicariam a este tipo de conceito fenomenal. Além disso, o ponto conflituoso principal da tese dos conceitos fenomenais é a afirmação de que tais conceitos fixam sua referência de modo direto – ou seja, não possuem um “modo de apresentação” associado ao conceito que *fixe* a sua referência – e que tal conceito tem como referência algo físico, a mesma referência dos conceitos físicos. Nesse caso, não parece haver nenhum critério para a afirmação de que um conceito fenomenal é distinto conceitualmente de um físico (ou seja, não há critério para uma distinção fina entre estes conceitos). Mas se a referência do conceito fenomenal for algo *não-físico*, então haveria uma distinção clara entre os conceitos físicos e os fenomenais.

e que, no final das contas, Mary não adquire nada de novo ao sair do quarto¹².

Como, então, explicar a aparente intuição que temos de que, quando Mary percebe vermelho pela primeira vez, ela finalmente saberá como é ver vermelho? A resposta que me parece mais atrativa é a apresentada por Stoljar (2005). Segundo ele, argumentos como o Argumento do Conhecimento parecem fortes pelo simples fato de que, atualmente, não temos conhecimento o suficiente sobre a consciência que nos permita ver que tais situações possíveis estipuladas não são, de fato, possíveis. E isso não porque o conhecimento sobre a consciência não seja possível, mas porque a ciência ainda não avançou o suficiente para termos certas informações. Sabendo tais informações, perceberíamos que tais argumentos antifisicistas não têm peso algum.

Stoljar tenta mostrar seu ponto fazendo uma comparação com o argumento de Descartes contra o materialismo. Segundo Descartes, podemos conceber uma situação possível onde um sujeito, fisicamente idêntico a mim, careça de competência linguística – ou seja, ele não é capaz nem de formar nem de aprender conceitos. Ainda segundo Descartes, se podemos conceber tal situação é porque ela é possível. E se ela possível, então a competência linguística não pode ser uma questão física e, portanto, o materialismo é falso. Contudo, atualmente, as afirmações de que tal situação é concebível e de que é plausível que seja possível não parecem ter nenhum fundamento. Com o que sabemos atualmente sobre processamento interno de informação, que é fundamental para a competência linguística, a ideia de que é possível que alguém fisicamente idêntico a mim careça de uma competência linguística parece implausível. Em suma, se Descartes oferecesse seu argumento contra o fisicismo hoje em dia, seria difícil imaginar que alguém o tomasse seriamente como um bom argumento. É razoável afirmar que Descartes estava operando com o que era, do nosso ponto de vista, uma concepção bastante empobrecida do mundo físico. Em particular, ele não tinha acesso a ideias de processamento de informação e complexidade computacional que sabemos atualmente.

Podemos igualmente dizer que a nossa posição contemporânea com respeito à consciência e a experiência é paralela à posição de Descartes com respeito à linguagem. Em ambos os argumentos nós temos uma série de afirmações sobre concebilidade (situações imaginadas epistemicamente possíveis) e em ambos nós somos confrontados com uma linha de raciocínio que parte de tais situações para a afirmação da falsidade do fisicismo.

Portanto, podemos plausivelmente afirmar que o Argumento do Conhecimento não é um válido, pois a premissa de que Mary adquire

12 Parece bastante intuitiva a ideia de que, ao perceber vermelho pela primeira vez, Mary “aprenderá” pelo menos como é a *aparência* de vermelho, ou seja, como é ver vermelho. Mas, como afirmado acima, há a questão se devemos considerar isso como sendo uma forma de *conhecimento*. Segundo alguns materialistas, o que Mary adquire é uma habilidade para reconhecer, apenas olhando, objetos vermelhos como sendo vermelhos, e que tal habilidade não se trata de um conhecimento, mas um certo *know-how*. Ou poder-se-ia sustentar que Mary adquire um novo conhecimento, mas que este se trata apenas sobre a correta aplicação dos nossos conceitos em relação aos objetos (ou propriedades) referidos.

um novo conhecimento ao ter pela primeira vez uma experiência de vermelho não é verdadeira, e o seu apelo pode ser justificado por uma ignorância atual que temos em relação à consciência, mas que pode ser remediada futuramente através de novas descobertas científicas. E, desse modo, não precisamos apelar para uma estratégia dos conceitos fenomenais.

Bibliografia

- ALTER, T. Social externalism and the knowledge argument. *Mind*, v. 122, n. 486, p. 481-496, 2013.
- BALL, D. There are no phenomenal concepts. *Mind*, v. 118, p. 935-62, 2009.
- _____. *Knowledge, rationality, and consciousness*. In: Conference on Phenomenal Concepts, 2013, Rio de Janeiro. Resumo disponível em: http://www.ifcs.ufrj.br/~cefm/conference/index_arquivos/Page470.htm
- BURGE, T. (1979). Individualism and the mental. In: ____ (Org.). *Foundations of Mind: Philosophical Essays*, v. 2. New York: Oxford University Press, 2007, p. 100-50.
- _____. (1993). Concepts, Definitions and Meaning. In: ____ (Org.). *Foundations of Mind: Philosophical Essays*, v. 2. New York: Oxford University Press, 2007, p. 291-306.
- _____. (2006). Postscript to Individualism and the Mental. In: ____ (Org.). *Foundations of Mind: Philosophical Essays*, v. 2. New York: Oxford University Press, 2007, p. 151-81.
- CHALMERS, D. J. Moving Forward on the Problem of Consciousness. *Journal of Consciousness Studies*, v. 4, n. 1, p. 3-46, 1997.
- _____. Phenomenal concepts and the explanatory gap. In: ALTER, T.; WALTER, S. (eds.) *Phenomenal Concept and Phenomenal Knowledge: New Essays on Consciousness and Physicalism*. New York: Oxford University Press, p. 167-94, 2006.
- _____. The Content of Phenomenal Concepts. In: Chalmers, D. J. *The Character of Consciousness*. Oxford University Press, p. 251-275, 2010.
- DE SÁ PEREIRA, R. H. Phenomenal Concepts as Mental Files. *Grazer Philosophische Studien*, v. 88, p. 73-100, 2013.
- JACKSON, F. Epiphenomenal Qualia. *Philosophical Quarterly*, v. 32, p. 127-36, 1982.
- _____. What Mary Didn't Know. *The Journal of Philosophy*, v. 83, n. 5, p. 291-95, 1986.
- LEVIN, J. What is a Phenomenal Concept? In: ALTER, T.; WALTER, S. (eds.) *Phenomenal Concept and Phenomenal Knowledge: New Essays on Consciousness and Physicalism*. New York: Oxford University Press, p. 87-110, 2006.
- LOAR, B. Phenomenal States. *Philosophical Perspectives*, v. 4, p. 81-108, 1990.

- MENDONÇA, W.; MENEZES, J. T. Experiências, Conhecimento Fenomenal e Materialismo. *Principia*, v. 15, n. 3, p. 415-38, 2011.
- NIDA-RÜMELIN, M. Qualia: The Knowledge Argument. In: Edward N. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2002 Edition). Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2002/entries/qualia-knowledge/>.
- PUTNAM, H. (1975). The Meaning of 'Meaning'. In: Putnam's *Philosophical Papers, Volume 2: Mind, Language and Reality*: 215-271.
- STOLJAR, D. Physicalism and Phenomenal Concepts. *Mind and Language*, v. 20, p. 469-94, 2005.
- TYE, M. Physicalism and the Appeal to Phenomenal Concepts. In: _____. *Consciousness Revisited: Materialism without Phenomenal Concepts*. Cambridge: MIT Press, p. 39-76, 2009.
- _____. A Theory of Phenomenal Concepts. *Royal Institute of Philosophy Supplement*, n. 53, p. 91-105, 2003.